

# Negociação para um acordo de 2 anos

por Paulo Sotero  
de São Paulo

O Brasil e os bancos internacionais reabriram conversações formais com vistas a um refinanciamento de dois anos da dívida externa, que inclui os compromissos de 1985 e 1986. Após dois dias de reunião com o presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, em Nova York, o comitê de catorze bancos credores anunciou, na última sexta-feira, que os contatos serão retomados nessa quarta-feira, dia 18. Nesse encontro, classificado de "preliminar" pelo comitê dos bancos o Brasil não estará representado por Bracher mas sim pelo novo diretor da Área Externa do

Banco Central, Antônio de Pádua Seixas.

De acordo com fontes financeiras ouvidas por este jornal em Nova York, o sucesso das conversações que agora se iniciam depende do esclarecimento, por parte do governo brasileiro, de três questões principais. Os credores querem que o Brasil peça ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um endosso público do programa econômico do governo Sarney, aprovado pelo Congresso há duas semanas. Eles pediram ao presidente do Banco Central, ainda, que esclareça a posição do País em relação às negociações com o Clube de Paris, que poderão afetar de forma negativa os créditos comerciais ofi-

ciais. A suposição dos bancos é de que ainda que eles concordem em renegociar a dívida brasileira por dois anos, sem que o País faça um acordo formal com o FMI, o Clube de Paris adotará uma posição mais intransigente e exigirá o acordo com o Fundo.

## AVALIAÇÃO

Os banqueiros procuraram pressionar Bracher também em relação ao tratamento que o governo dispensará aos empréstimos que centenas de bancos internacionais fizeram ao Comind, ao Auxiliar e ao Maisonneuve, as três instituições liquidadas pelo governo. Em reuniões que, segundo um banqueiro, transcorreram em clima cordial e ameno, "bem diferente do

tom crispado do primeiro encontro em Seul", o presidente do BC foi o primeiro a falar.

Começou com uma avaliação da economia em 1984, seguida de uma descrição do "pacote" econômico e das perspectivas para 1986. Reafirmou, depois, a posição do governo de não buscar um acordo formal com o FMI, mas contrabalançou-a informando os credores sobre "a disposição do governo de fornecer informações em bases regulares ao Fundo" sobre o desempenho da economia, "num ato voluntário do governo", feito "em reconhecimento da importância do Fundo e de seu papel no sistema financeiro internacional".

Bracher elogiou a seguir o Plano Baker e procurou enfatizar os elementos do "pacote" econômico aprovado pelo Congresso (privatização de empresas públicas, redução da regulamentação excessiva da economia, abertura da economia ao exterior e eliminação de controles externos) que, segundo disse, vão ao encontro da iniciativa do secretário do Tesouro americano. No quarto item de sua exposição, o presidente do BC disse que o Brasil considera uma renegociação multianual da dívida externa a melhor solução, mas que está pronto a fazer um acordo menos ambicioso, de apenas dois anos, que foi, afinal, o que os bancos aceitaram, em princípio, considerar.

"A manutenção das linhas de curto prazo", afirmou Bracher, "é indispensável" para que o País possa continuar a ter os resultados positivos no setor externo que obteve nos últimos dois anos. Esta afirmação do presidente do BC agradou aos credores de maneira especial, pois nas últimas semanas representantes do governo brasileiro haviam indicado, em diversas ocasiões, que a manutenção das linhas interbancárias e de crédito comercial era um problema dos grandes bancos.

O último tópico da exposição de Bracher foi dedicado à questão da 63 dos

bancos liquidados. Ele recebeu dos banqueiros um grosso maço de telex de bancos de todo o mundo queixando-se do tratamento que o governo brasileiro deu ao caso, numa clara indicação de que a promessa de pagar apenas 25% das aplicações, feita num telex enviado aos credores no último dia 5, não foi bem recebida. O presidente do BC procurou apaziguar os bancos revelando a disposição do governo de estudar arranjos adicionais, caso a caso e nos limites da lei, e acenou com um possível esquema de seguro para as aplicações de 63 feitas com outros bancos.